

**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREM
(INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE) BIÊNIO
2023/2024.**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril do ano de 2024, às 13:30h, na sede do Instituto de Previdência de Pouso Alegre/MG, situado na praça João Pinheiro, no 229 - Centro, reuniram-se ordinariamente os Conselheiros Fiscais Efetivos: Eugênio Mozart Silva Filho e Fabiano do Carmo Pereira Júnior, representantes de Executivo; Anderson Mauro da Silva, representante da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Eliana Augusta de Oliveira, representante dos Inativos; e Alessandro Henrique Pereira Moreira, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, para a realização da 15ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto da Previdência Municipal de Pouso Alegre, biênio 2023-2024. Dando início a reunião, o Presidente Anderson saudou a todos e apresentou a pauta a ser discutida na reunião com os seguintes assuntos: **I-** Análise dos Balancetes Mensais mês 02/2024 nos termos do inciso IV do art. 68 da Lei 4643/2007; **II-** Acompanhamento das contribuições mensais de 02/2024, nos termos do inciso IX do art. 68 da Lei 4643/2007; **III-** Acompanhar os processos de benefícios concedidos em 02/2024, nos termos do inciso XIII do art. 68 da Lei 4643/2007; **IV-** Análise da Carteira de Investimentos do IPREM ao final das competências fevereiro e março de 2024, nos termos dos incisos XIV e XVII do art. 68 da Lei 4.643/2007; e **V-** Analise pedido administrativo Rinaldo Vieira. Dando início a reunião passou-se a análise do item I, com as seguintes informações contábeis: As receitas arrecadadas no mês de fevereiro de 2024 somaram o montante de R\$ 10.361.933,63 sendo que as receitas do Comprev no mês somaram o montante de R\$ 1.379.162,88; O saldo bancário em 29 de fevereiro de 2024 foi de R\$ 499.638.118,37; As despesas com aposentadorias no mês de fevereiro de 2024 somaram o montante de R\$ 6.110.299,34; As despesas com pensões no mês de fevereiro de 2024 somaram o montante de R\$ 654.124,65; As despesas com Comprev no mês foram de R\$ 23.509,21. As despesas liquidadas totais no mês de fevereiro de 2024 foram de R\$ 13.909.254,91. O Conselho Fiscal é de opinião unânime que os relatórios contábeis e financeiros apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IPREM em 29 de fevereiro de 2024.

Dando sequência a reunião, os Conselheiros verificaram o item II da Pauta, o recolhimento das contribuições previdenciárias dos entes, referente ao mês de fevereiro de 2024, sendo repassado as seguintes informações:

1- O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pela Prefeitura, referente ao mês de fevereiro de 2024 e depositadas no dia 11 de março de 2024, relativas a 2.492 servidores em atividade totalizaram R\$ 4.899.436,32, com o total da base de contribuição de R\$ 9.022.924,15. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 1.263.209,38; A cota patronal desse período foi de R\$ 1.263.197,19; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 2.373.029,05;

2- O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pela Câmara Municipal,



referente ao mês de fevereiro de 2024 e depositadas no dia 11 de março de 2024, relativas a 021 servidores em atividade totalizaram R\$ 151.053,76, com o total da base de contribuição de R\$ 278.183,75. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 38.945,71 ; A cota patronal desse período foi de R\$ 38.945,71; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 73.162,33;

3- O valor das contribuições previdenciárias recolhidas pelo Iprem, referente ao mês de fevereiro de 2024 e depositadas no dia 11 de março de 2024, relativas a 015 servidores em atividade totalizaram R\$ 37.669,50, com o total da base de contribuição de R\$ 37.669,90. As contribuições previdenciárias retidas dos servidores na folha de pagamento desse período foi de R\$ 9.712,31 ; A cota patronal desse período foi de R\$ 9712,31; A cota do déficit técnico desse período foi de R\$ 18.245,28;

Passou-se ao item III da pauta. No mês de fevereiro de 2024, foram concedidos 06 benefícios de aposentadorias por tempo de contribuição; 04 benefícios de aposentadoria por idade com proventos proporcionais. O Conselho Fiscal analisou todos os processos apresentados. Após análise de referidos processos o conselho opinou em sua unanimidade pela aprovação dos benefícios do referido mês sem ressalvas.

Passou-se ao item IV da pauta. **Fevereiro:** Em relação ao mês de fevereiro de 2024, constatou-se que a carteira líquida esteve dentro dos limites de enquadramento da Política de investimento de acordo com a Resolução CMN 4963/2021. Dentro os fundos ilíquidos, constatou-se que 06 (seis) fundos ilíquidos não estão enquadrados na Resolução CMN e acima do previsto na PAI – Política Anual de Investimentos. Os 06 (seis) fundos desenquadrados são: IMA-B 1000, Barcelona, Pyxis e CAM Throne nos quais o instituto detém mais de 15% do patrimônio Líquido do fundo, em desacordo com o artigo 19 da Resolução 4.963, e os fundos FIDC Premium e Iluminatti, que detém mais de 5%, em desacordo com o parágrafo 1º do mesmo artigo. Os fundos líquidos obtiveram rentabilidade de R\$ 4.588.306,59, representando 1,05%. Os fundos Ilíquidos tiveram rentabilidade de R\$ 71.533,55, representando 0,15%. Na carteira total o resultado foi de R\$ 4.659.840,14 , equivalente a 0,96%, enquanto a meta atuarial para o período que foi de 1,23% (IPCA + 4,81%). No acumulado do ano até o final de fevereiro, o IPREM obteve uma rentabilidade de 0,85% para os fundos líquidos, -1,68% para os fundos ilíquidos e 0,60% na carteira Total, representando 29,27% da meta atuarial de 2,05%. Ou seja, até o momento a carteira esta abaixo da meta em 2024. No período de doze meses, a volatilidade da carteira líquida foi de 2,70%, influenciada principalmente pelas Carteiras de Renda Variável Nacional e Internacional, com respectivamente 17,68% e 10,46% e Títulos Públicos com 1,36%.


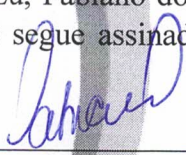

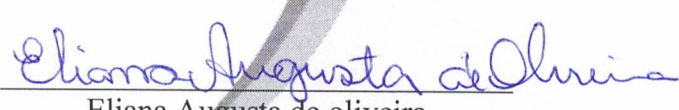

Março: Em relação ao mês de março de 2024, constatou-se que a carteira líquida esteve dentro dos limites de enquadramento da Política de investimento de acordo com a Resolução CMN 4963/2021. Dentro os fundos ilíquidos, constatou-se que 06 (seis) fundos ilíquidos não estão enquadrados na Resolução CMN e acima do previsto na PAI – Política Anual de Investimentos. Os 06 (seis) fundos desenquadrados são: IMA-B 1000, Barcelona, Pyxis e CAM Throne nos quais o instituto detém mais de 15% do



patrimônio Líquido do fundo, em desacordo com o artigo 19 da Resolução 4.963, e os fundos FIDC Premium e Iluminatti, que detém mais de 5%, em desacordo com o parágrafo 1º do mesmo artigo. Os fundos líquidos obtiveram rentabilidade de R\$ 3.499.911,72, representando 0,79%. Os fundos Ilíquidos tiveram rentabilidade de R\$ - 764.730,85, representando -1,63%. Na carteira total o resultado foi de R\$ 2.735.108,87 , equivalente a 0,56%, enquanto a meta atuarial para o período que foi de 0,55% (IPCA + 4,81%). No acumulado do ano até o final de março, o IPREM obteve uma rentabilidade de 1,65% para os fundos líquidos, -3,30% para os fundos ilíquidos e 1,17% na carteira Total, representando 44,83% da meta atuarial de 2,61%. Ou seja, até o momento a carteira esta abaixo da meta em 2024. No período de doze meses, a volatilidade da carteira líquida foi de 2,75%, influenciada principalmente pelas Carteiras de Renda Variável Nacional e Internacional, com respectivamente 17,14% e 10,01% e Títulos Públicos com 1,39%.

Por fim passou-se a item V da pauta. No dia 18 de janeiro de 2024 em sua 13ª Reunião Ordinária o conselho fiscal solicitou análise do Controle Interno e do Jurídico acerca do pedido de devolução do Sr Rinaldo Vieira. A documentação foi encaminhada através do ofício GB 18/2024, na qual tanto o Jurídico quanto o Controle Interno opinaram pela devolução das contribuições sobre a diferença do cargo comissionado, no período posterior a entrada em vigor da EC 103/2019. Assim sendo o Conselho Fiscal não vislumbra nenhuma óbice para que o Instituto efetue as referidas devoluções ao solicitante.

Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a reunião às 17:00. Eu, Fabiano do Carmo Pereira Júnior lavrei a presente ata que lida e achada conforme segue assinada pelos conselheiros.


Anderson Mauro da Silva
Presidente do Conselho Fiscal
Fabiano do Carmo Pereira Jr
Secretário do Conselho Fiscal
Eugênio Mozart Silva Filho
Conselheiro
Eliana Augusta de oliveira
Conselheira
Alessandro Henrique Pereira Moréira
Conselheiro

PARECER MENSAL DO CONSELHO FISCAL

Mês de FEVEREIRO de 2024.

1- Demonstrativos Contábeis

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência de Pouso Alegre, abaixo assinados, em cumprimento ao disposto na legislação, tendo tomado conhecimento dos balancetes e demonstrativos contábeis de FEVEREIRO de 2024, manifestam-se favoravelmente à aprovação dos mesmos, sem ressalvas.

2- Recolhimentos Previdenciários

Os recolhimentos das contribuições previdenciárias da Câmara Municipal, do Executivo e do IPREM do mês de Fevereiro de 2024 foram repassados ao Instituto de forma correta, dentro do prazo legal.

Durante o mês de fevereiro de 2024 foi enviado e aprovado projeto de lei para alteração da alíquota patronal para 17,3%, conforme página 27 do DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2023 nos termos do item 8.3 da Avaliação Atuarial 2023. Mas não foi implementada a alíquota suplementar prevista nas paginas 24 e 25 do DRAA 2023, com implementação obrigatória até 31/12/2023, de modo que a aprovação do projeto de lei citado não corrigiu no todo a não implementação obrigatória das alíquotas constantes do DRAA 2023. Diante desse fato o Conselho fiscal aprova com ressalvas os recolhimentos previdenciários do mês de fevereiro de 2024.

O impacto da não implementação das alíquotas definidas no DRAA é de um déficit de mais de 8 milhões de reais entre as contribuições previdenciárias e o pagamento de benefícios nos 02 primeiros meses de 2024 conforme tabela abaixo:

Mês	Receita de Contribuição	DESPESAS	DÉFICIT
Janeiro	R\$ 129.468,56	R\$ 6.639.293,31	R\$ (6.509.824,75)
Fevereiro	R\$ 4.994.113,56	R\$ 6.776.115,12	R\$ (1.782.001,56)
TOTAL	R\$ 5.123.582,12	13.415.408,43	R\$ (8.291.826,31)

3- Aposentadorias e Pensões.

As concessões de aposentadorias e pensões do mês de fevereiro de 2024 estão em




ordem e de acordo com a legislação vigente.

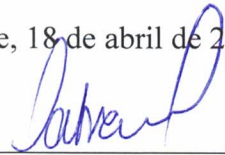
4- Investimentos Fevereiro e Março

Parecer: As alocações de investimentos efetuadas durante os meses de fevereiro e março foram devidamente fundamentadas pelo Comitê de Investimentos. Houve aderência dos investimentos à Política Anual de Investimentos bem como aos limites estabelecidos pela Resolução 4.963/2021, conforme relatórios emitidos pelo Comitê de Investimentos do IPREM. Os membros do Conselho Fiscal aprovam os investimentos dos meses de fevereiro e março de 2024.

Pouso Alegre, 18 de abril de 2024.



Anderson Mauro da Silva
Presidente do Conselho Fiscal




Fabiano do Carmo Pereira Jr
Secretário do Conselho Fiscal



Eugênio Mozart Silva Filho
Conselheiro



Eliana Augusta de Oliveira
Conselheira



Alessandro Henrique Pereira Moreira
Conselheiro

